

**DISCUTINDO O ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE CAPITALISTA
CONTEMPORÂNEA: UMA ABORDAGEM EM SEUS DIFERENTES CONCEITOS
NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA**

**DISCUSSING THE PUBLIC SPACE IN CONTEMPORARY CAPITALIST CITY: AN
APPROACH IN ITS VARIOUS CONCEPTS IN GEOGRAPHICAL SCIENCE**

**SOBRE EL ESPACIO PÚBLICO EN LA CIUDAD CAPITALISTA
CONTEMPORÁNEO: UN ENFOQUE EN SUS DIVERSOS CONCEPTOS EN LA
CIENCIA GEOGRÁFICA**

Carlos Alexandre de **BORTOLO**¹
bortologeo@yahoo.com.br

RESUMO

O presente estudo apresenta alguns elementos para conjecturar acerca da produção dos espaços públicos na cidade capitalista contemporânea. *A priori* nos dedicamos sobre a reflexão da variedade de conceitos que são apresentados na ciência geográfica e áreas afins quando se trabalha tal tema. As elucubrações aqui apresentadas relacionam com a produção dos espaços públicos da cidade, e a reprodução das relações sociais num determinado tempo e espaço. Realizando também discussões sobre a enormidade de transformações vivenciadas no que tange a produção dos espaços públicos atuais. Desta forma, para verificar tal processo apresentamos um levantamento de conceitos e discussões que buscam refletir sobre a complexa produção dos espaços públicos, propondo em uma perspectiva histórica analítica e reflexiva dos diferentes momentos acerca da criação, seu papel e as diferentes funções desempenhadas pelos mais variados espaços públicos sendo estes, parques, praças ou lagos artificiais discutindo suas configurações em diferentes momentos no ato de sua produção e análise geográfica na contemporaneidade.

Palavras-chave: Conceito, Produção, Espaço Público, Apropriação e Usos.

ABSTRACT

This study gives us some elements to conjecture about the production of public spaces in the contemporary capitalist city. *A priori* dedicated to the reflection of the variety of concepts that are presented in geographical science and related fields when working this issue. Also conducting discussions about the enormity of the changes experienced in relation to production from the current public spaces. Thus, to check this process we present a survey of concepts and discussions that seek to reflect on the complex production of public spaces, proposing in an analytical and historical perspective reflective of the different

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM – PR. É professor Adjunto no Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES - MG.

moments about the creation, their role and the various functions performed by the various public spaces which are, parks, squares or artificial lakes discussing your settings at different times in the act of production and geographical analysis nowadays.

Keywords: Concept, production, public space, appropriation and uses.

RESUMEM

El presente estudio nos presenta algunos elementos para conjeturar acerca de la producción de espacios públicos de la ciudad capitalista contemporánea. Primer, lo hacemos sobre el reflejo de la variedad de conceptos que se presentan en la ciencia geográfica y áreas relacionadas al trabajar tal tema. La elaborada composición presentada aquí se refiere a la producción de los espacios públicos de la ciudad y la reproducción de las relaciones sociales en un determinado tiempo y espacio. También realizar debates acerca de la enormidad de los cambios experimentados en la producción de los actuales espacios públicos como estos, parques, plazas y lagos artificiales debatiendo su configuración en diferentes momentos en el acto de la producción y el análisis geográfica en la contemporaneidad.

Palabras claves: Concepto, producción, espacio público, apropiación y usos.

1. INTRODUÇÃO

Tal estudo busca discutir sobre os espaços públicos na cidade contemporânea, sua formação, características, formas e funções, em sua genese até os dias atuais, devido sua multiplicidade de formas de produção, usos e suas apropriações. Abordou-se também as distintas formas conceituais trabalhadas por alguns teóricos para compreensão das transformações sofridas no ambito conceitual do termo espaço público no decorrer do tempo. Aqui tem se como espaços públicos de lazer os parques, praças e lagos artificiais.

No que tange tal caracterização, esta será apresentada de maneira evolutiva, processual e dinâmica, mas concisa, haja vista a enormidade de estudos que realizam importante análise histórica sobre o tema.

Assim, é importante discutir-se o tema dos espaços públicos nas cidades atuais. Para tanto, explicou-se os mais variados e diversos conceitos criados e utilizados sobre os espaços públicos existentes na atualidade, seus formatos, seu planejamento, sua localização prévia de implantação dos espaços públicos, o desenvolvimento dos mesmos, sua função, etc.

Destarte, pretendeu-se com este ensaio abordar a diversidade conceitual na busca da compreensão sobre a variedade de conceitos que percorrem o espaço público em diferentes períodos até a cidade capitalista contemporânea a partir da análise e desenvolvimento de levantamentos de alguns teóricos que estudam determinado tema. Para assim, discutirmos possíveis caminhos que são percorridos na ciência geográfica buscando a compreensão no que tange a produção dos mais variados e diversos espaços públicos no contexto atual e contribuirmos assim, com a reflexão do tema em questão.

2. DIVERSIDADE CONCEITUAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: o convívio, o intercâmbio e suas subjetividades

“O uso do termo ‘espaço público’ é recente e, nos meios urbanísticos, parece derivar do conceito de ‘espaço urbano’, freqüentemente associado a uma função: espaço urbano da praça, do mercado, do teatro, da estação, etc. Essa abordagem exprime uma maior complexidade, uma vez que não se refere apenas ao espaço geográfico, mas a todo espaço de manifestação pública. Nesse sentido o termo vincula-se a outras dimensões, constituindo o domínio da *esfera pública* e da *esfera privada*”.

(LOUISY, 1988, 20).

“Não se pode chamar de cidade um lugar onde não existam praças e edifícios públicos.”
(SITTE, 1992, p. 37).

Espaço público é parte integrante e constituinte da existência da história, da política e da vida social nas cidades. Nele é possível a interação da sociedade e de sua estruturação; em tal espaço, articulam-se condições de institucionalização política e expedientes de intermediação comunicativa. Assim, pode-se considerar o espaço público como produto resultante da convergência de várias dimensões como econômicas, políticas, culturais e sociais.

O espaço público em período atual tem sido tema de várias pesquisas e reflexões em diversas áreas, seja por geógrafos, arquitetos e urbanistas, antropólogos, filósofos e sociólogos. Desde a história antiga seus papéis e sua apreensão pela sociedade que o engendram e dele usufrui, passaram por várias

transformações, onde seu sentido deixou de ser aquele produzido pelos gregos antigos, assim como a concepção de esfera pública¹ transformou-se.

Gurza Lavalle (2005, p. 28) afirma que a conceituação de público é uma “[...] tarefa complexa que enfrenta diversas dificuldades”.

A diversidade de campos semânticos e problemas disciplinares perpassados por ela, bem como a ambiguidade inerente as suas diferentes expressões conceituais — espaço público, esfera pública, vida pública, publicidade —, tornam especialmente difícil à apreensão dos componentes fundamentais que conferem identidades aos seus múltiplos sentidos (GURZA LAVALLE, 2005, p.28).

Mesmo diante de ampla literatura dirigida à investigação dessas mudanças tão recentes, persistem ainda as dificuldades de uma conceituação, inexistem consensos substantivos quanto aos traços mais relevantes dessa dimensão constitutiva das sociedades contemporâneas, o público e suas tendências evolutivas no longo prazo.

Segundo Gurza Lavalle (2005), há três campos semânticos para que o espaço público seja pensado a partir da confluência de diferentes compreensões:

(i) o social, consubstanciado nas instituições civis da vida pública, na arte da associação ou sociedade civil, nas regras de civilidade que tornam possível o convívio social em um mundo de estranhos - as grandes urbes -; (ii) o político, cristalizado no arcabouço de instituições incumbidas tanto de processar decisões vinculantes quanto de implantá-las e respaldá-las mediante imposição de penas caso seja necessário; e (iii) o comunicativo, entendido não apenas como expressão e recepção de conteúdos, mas principalmente como construção de consensos e dissensos na percepção social do mundo (GURZA LAVALLE, 2005, p. 16).

Gurza Lavalle (2005) afirma que existe esta relação entre a conjunção destes três campos semânticos: o social pensado na perspectiva do convívio, da interação; o político voltado para as tomadas de decisões, processos e por fim, o campo da comunicação que perpassa os conteúdos abrangendo as ações e as diversas compreensões e percepções sociais do mundo.

Tais dificuldades de conceituação não apenas limitam a interlocução no campo especializado sobre o tema, mas, complexifica as conceituações de relações

e reflexões nesta área de estudo. Deve-se ter em mente que não existe um campo da teoria sobre espaço público, afirmam vários autores, sendo um deles, Gurza Lavalle (2005), pelo menos não no sentido de descrever teorias sobre tal assunto. Tudo isso é evidenciado quando se desdobra para tentar conceituar e compreender o que é público sem utilizar das velhas e frágeis ideias de que tudo o que não é público, é privado, espaços coletivos que são confundidos com as ideias de serem integralmente espaços públicos etc.

A análise de Gurza Lavalle (2005, p. 9) comprova que, no período compreendido entre os séculos XIV e XX, muitas acepções de público entraram e saíram de circulação, e que todas estavam vinculadas a três campos de significação geral, cujo sentido é definido sempre, por oposição às significações do termo privado. Assim, “[...] em se tratando de termo dicotômico por excelência, a precisão cabal do seu sentido apenas se torna possível quando a oposição com o ‘privado’ lhe define as fronteiras”.

Ao observar o quadro 1, pode-se evidenciar a sistematização das três dimensões expressadas pelo autor, a tensãoⁱⁱ existente entre o público e o privado e as dicotomias a eles associadas. Neste quadro, pode-se observar os exemplos históricos de deslocamentos semânticos e usos já extintos, como também, de usos contemporâneos descritos como qualificativos em cada período analisado.

Assim, o público emerge com uma característica da vida pública, com suas conotações de convívio social e de acesso aberto e irrestrito, como espaços da democracia e das manifestações. Já o privado aparece sob o registro da propriedade, mas não daquela carregada apenas com significações, mas sim do mundo privado da intimidade (GURVA LALLAVE, 2005).

Social	Política	Comunicativa
PÚBLICO: Aquilo que é aberto irrestrito: sem restrições excludentes de entrada ou circulação, acessível.	PÚBLICO: Aquilo que é comum, geral e de interesse de todos: excluindo das possibilidades de apropriação privada.	PÚBLICO: Aquilo que é amplamente difundido e aquele para quem é divulgado ou que assiste um evento ou espetáculo
Próprio de termos como: Parque Público, via pública, transporte público, telefone público, casa pública.	Próprio de termos como: Bem público, propriedade pública, poder público, orçamento público, educação pública.	Próprio de termos como: Publicar, publicidade, publicitar, opinião pública, conhecimento público.
PRIVADO: Aquilo que por ser considerado próprio da intimidade exclui qualquer direito externo de intervir ou participar.	PRIVADO: Aquilo que por ser considerado propriedade privada pressupõe direito de uso e abuso.	PRIVADO: Aquilo que não atinge notoriedade pública, permanecendo no conhecimento de um número limitado de pessoas
Associa, Organiza	Associa, Organiza	Associa, Organiza Dicotomias como:

Dicotomias como: Casa x Rua, conhecido x estranho, fechado x aberto, segurança x perigo.	Dicotomias como: Particular x geral, economia x política, opaco x transparente, desigualdade x igualdade.	Local x geral, opinião particular x opinião geral, irrelevante x relevante.
Tensão: Espaço público como oposto ao mundo da privacidade Público x íntimo (Privacidade)	Tensão: Espaço público como oposto ao mundo da propriedade Público x Privado (Propriedade)	Tensão: Espaço público como oposto ao mundo das particularidades Público x Indivíduo privado (Particularidade)

Quadro 1: Três Dimensões Constitutivas do Espaço Público.

Fonte: Dados de GURZA LAVALLE, (2005), adaptado por Bortolo (2013).

Deste modo, pode-se observar que em cada dimensão analítica apresentada por Gurza Lavalles (2005) seja no social, no político ou no comunicativo, tais dimensões trazem características distintas e mutáveis de acordo com os interesses e o período em tela. Ao abordar e diferenciar o público x privado, o mesmo traz elementos da vida pública para explicar estas alterações. Seja no social com a apreensão da vida pública x privada, no político com a questão da propriedade e o comunicativo como espaços pensados para a particularidade, opiniões públicas x privadas etc.

Observa-se nas três dimensões apresentadas e sua evolução no quadro 2 as características essenciais do sentido de público foram se transformando e se alterando, ocasionando assim, distintas maneiras de se compreender a acepção do termo público x privado e de suas dimensões postuladas por Gurza Lavalles (2005) seja no social, político e comunicativo. Tais compreensões decorreram das mudanças sofridas pela sociedade e suas ações no tempo e no espaço.

Há inúmeras contribuições acerca das distintas formas de compreensão do espaço público moderno, embora nem todas desempenhem uma função basilar no debate contemporâneo; tal listagem teria de contemplar nomes como Carl Schmitt, Niklas Luhmann, Norberto Bobbio, Claude Lefort, John Ceane, Manuel García-Pelayo, Reinhart Coselleck, Richard Sennett, Hannah Arendt e Jürgen Habermas, dentre outros, mas “[...] conciliar a leitura e interpretação desses autores é tarefa plena de dificuldades” devido suas contradições, sentidos e dissenso em suas linhas teóricas (GURZA LAVALLE, 2005, p. 34).

Neste quadro, pode-se evidenciar a organização das mudanças de ênfase na compreensão do que tem sido considerado público, ou seja, como esses três sentidos de “público” emergiram e foram ganhando significados, conforme cada período histórico.

Social Público x Privado	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Público: notório ou manifesto	x	X	x	x	x	x	x
Publicamente: de forma ou maneira pública	x	X	x	x	x	x	x
Publicamente: má vida pública	x						
Publicidade: lugar ocorrido				x	x		
Ibid.: sem ressalvas para algo se tornar conhecido				x	x		
Publicana (prostituta)					x	x	
Publique (bordel)					x	x	
Político Público x Propriedade	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Publicação: Promulgar uma lei por autoridade		X	x	x	x	x	x
Público: potestade de autoridade			x	x	x	x	x
Público: potestativo			x	x	x	x	x
Público: comum ao povo ou cidade					x	x	x
Público: de interesses gerais					x	x	x
Público: que pertence ao povo					x	x	x
Publicidade: quem tem estatuto público					x	x	x
Comunicativo Público x Particularidade	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Público: audiência ou assistentes					x	x	x
Publicar: editar, difundir, divulgar					x	x	x
Publicar: manifestar em público					x	x	x
Publicidade: meios para divulgar ao público					x	x	x
Publicável: (que pode ser difundido)							x
Publicitário: (referente à publicidade)							x
Publi-reportagem: (documentário jornalístico)							x

Quadro 2: Evolução das Dimensões do Espaço Público – Séculos XIV a XX.
Fonte: GURZA LAVALLE, (2005), adaptado por Bortolo (2014).

Com isso, buscou-se descrever a trajetória sobre as diversas compreensões do espaço público, mostrando como tais interpretações e suas conceituações vão se modificando ao longo do tempo. Pois esta diferença entre o público e o privado não deve ser compreendida como um problema existente e exclusivo dos dias atuais. Para tal compreensão, deve-se entender e analisar como tais conceitos e

características assumem diferentes posicionamentos nos distintos momentos da história, devido sua dinâmica de transformação, suas distintas formas apresentadas por inúmeros pesquisadores sendo estas, relevantes para compreender-se estes diferentes momentos e espaços públicos de lazer estudados na atualidade, sua produção, seus usos e as apropriações.

Pode-se considerar que os passeios, alamedas, avenidas, parques, nascem da necessidade da burguesia de ter um lugar para se apresentar e se encontrar consigo mesma. Borja (2006) relaciona este fato com o início do desenvolvimento de políticas para espaço público nas cidades europeias, no final do século XIX, políticas estas de embelezamento e monumentalização de partes das cidades.

As políticas para espaços públicos começam a ser implantadas nas cidades europeias no final do século XIX, sejam políticas de embelezamento da cidade, monumentalização de certas partes da mesma, devido a situação insalubre de várias áreas nestas cidades. Há uma grande parte da cidade que ficará fora destas políticas, que inclusive não poderia chegar o transporte coletivo nem as infraestruturas de saneamento, entre outras benfeitorias, pois tem-se como tal, a origem do espaço público sendo uma resposta classista ao processo de apropriação privada da cidade (BORJA, 2006).

Já para a compreensão de Gomes (2002) são considerados dois os valores em que deve ser trabalhado a perspectiva do público - privado, ou seja, a igualdade e a liberdade. Tais valores dividem as duas esferas da vida social, a esfera privada dos indivíduos, a quem está incumbida o exercício da liberdade, e a esfera pública, sendo esta asseguradora das condições de igualdade (GOMES, 2002, p. 149).

Sendo assim, o autor complementa que

[...] na base da idéia de liberdade e de igualdade, de um regime político que pretende estabelecer um valor isonômico entre as pessoas, há uma condição espacial importantíssima e absolutamente necessária, a concepção de um espaço público (GOMES, 2002, p. 159).

Deste modo, no século XX o espaço público tornou-se uma condição para o desenvolvimento de um novo sistema político, um Estado moderno, a existência de uma impessoalidade e da subjetividade. Para Sennett (1978), estas devem ser compreendidas como a possibilidade de encontros impessoais e anônimos,

transformando assim, o espaço público como local que possibilita o encontro das diferenças, do convívio civilizado na sociedade moderna, que se pensado nas perspectivas dos elementos políticos, buscam a isonomia, mas que socialmente, economicamente e culturalmente pregam a desigualdade e as diferenças (SENNETT, 1978, 42).

Quando pensado na perspectiva de Lefebvre (1992) o espaço público deve ser tomado sobretudo como um espaço social, pois o mesmo contém, antes de tudo as representações das relações de produção, ganhando novos sentidos, diferentes momentos históricos da reprodução das relações sociais.

Com isso, deve-se compreender a passagem de uma análise da dimensão política da esfera pública para outras dimensões, sendo estas a econômica, cultural e social. Estas por sua vez, acabam por enquadrar as variadas relações de poder, sendo tal espaço considerado como obra e produto humano, havendo a presença de hierarquias, sendo estas relações de dominação e subordinação apresentando-se como elementos de articulação para o mercado (LEFEBVRE, 1992).

Para a compreensão de tal evolução e transformação do espaço público e suas conceituações, Lefebvre (1992) apresenta a sua tríade espacial, tendo esta partido da estrutura espacial da esfera pública urbana dividida nas análises das práticas espaciais, as representações do espaço e os espaços de representação, podendo assim, compreender o vivido, concebido e o percebido.

Esta interpretação realizada por Lefebvre (1992) traz a compreensão acerca da produção do espaço, permitindo assim uma análise integrada, mesmo que os elementos se mostrem separados. Relaciona assim, os três conceitos acima com a dominação política, a acumulação de capital e a realização da vida humana discutidos e relacionados por Carlos (2001).

Deste modo, o espaço deve ser considerado como “[...] global, fragmentado, hierarquizado sendo possível reconhecer nele as isotopias e suas heterotopias” (LEFEBVRE, 1992, p. 289). Neste sentido, o autor aponta as inúmeras possibilidades do espaço público, e em particular se refere as potencialidades do espaço. Assim, o urbano deve ser sempre lido como uma realidade inacabada, uma virtualidade (LEFEBVRE, 1992, p. 288).

Já Harvey (1980) compreende que o espaço público deve ser analisado como um espaço socialmente produzido, ocorrendo a partir de uma produção social do

espaço e da apropriação cotidiana destes espaços públicos, levando sempre em conta as relações no espaço - tempo para a compreensão das práticas espaciais e suas análises. Mas não esquecendo das distintas possibilidades e das dificuldades enfrentadas a partir das próprias contradições do sistema e das ações do cotidiano (HARVEY, 1980, p. 212).

Deste modo, para entender a transformação do espaço público é importante entender a sua característica de “[...] possibilitador de encontros impessoais e anônimos e de co-presença dos diferentes grupos sociais”, onde as pessoas compartilham o mesmo território, sem, contudo, terem necessidade de se conhecer profundamente (SOBARZO, 2005, p. 94). Este autor assume a existência da diferença no espaço público, porém, não idealiza a existência de uma relação profunda no convívio da diversidade, mas acredita no convívio civilizado, sob normas impessoais.

Assim, buscou-se neste estudo compreender o espaço público da cidade contemporânea e suas variadas definições, estas, que possibilitem a análise de seus usos, a apropriação e mais ainda, a reflexão sobre tal processo enquanto espaços urbanos produzidos em suas mais diferentes formas com o passar do tempo e espaço.

3. FORMAS, FUNÇÕES E OS DIFERENTES TIPOS DE ESPAÇOS PÚBLICOS: AS PRAÇAS, LAGOS E PARQUES NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS

Ao buscar estudar a relação entre as formas e as funções desempenhadas pelos espaços públicos nas cidades da atualidade, não se pode deixar de relacionar a dialética da produção da cidade e de sua apropriação nestes espaços.

Para falar de produção, apropriação e usos dos espaços públicos das cidades, deve-se ater nos pensamentos de Santos (1996) que aborda as principais categorias de análise para compreensão crítica destes espaços públicos. Estas categorias são: estrutura, processo, função e forma, que possibilitam a análise de que o espaço é um produto social em permanente processo de transformação.

Santos (1996) ainda apresenta que

[...] a Geografia tende a ser cada vez mais a ciência dos lugares criados ou reformados para atender determinadas funções, ainda que a forma como os homens se inscrevem nessa configuração

territorial seja ligada, inseparavelmente, à história presente. Se os lugares podem esquematicamente, ser os mesmos, as situações mudam. A história atribui funções diferentes ao mesmo lugar (SANTOS, 1996, p.52).

De acordo com Santos (1996) a forma nada mais é que o aspecto visível de determinadas coisas, ou objetos presentes na superfície. Deste modo, deve corresponder a um arranjo ordenado de objetos, como os condomínios horizontais fechados, *shopping centers*, dentre outros, e no presente estudo tais formas se apresentam como as praças, parques e lagos artificiais. Esta forma é criada e permanece na sociedade para desempenhar diferentes papéis ou funções para a qual foi criada, produzida e esperando possivelmente alterar-se na dinâmica do processo social da produção urbana.

Quando se fala da função de determinadas formas, esta se apresenta caracterizada por ser atividade essencial de uma forma espacial, ou seja, pode ser residir, habitar, morar, lazer, esportes, entre outros. Esta relação entre função e forma é extremamente direta. Pode-se observar que as funções estão sempre materializadas nas formas e as formas são produzidas, criadas e elaboradas de acordo com uma ou várias funções.

Para entender a relação necessária entre as categorias propostas por Santos (1996) deve-se levar em consideração que tanto a forma como a função estão extremamente relacionadas e vinculadas com a estrutura, que nada mais é que o modo de organização e interrelação dos objetos que compõem e estão presentes no espaço. Tais formas se modificam e transformam de acordo com o tempo e o movimento da sociedade e sua estrutura socioeconômica se altera no decorrer da história.

As diversas instâncias da sociedade, como a política, a ideológica, a econômica, a social e a cultural, compõem uma totalidade concreta que se constitui numa espaço-temporalidade, ou seja, é imbricada pelo espaço e pelo tempo, o que lhe confere singularidade.

Assim, observa-se a complexidade na apreensão e compreensão sobre as transferências de significações da esfera pública e privada discutida por alguns autores ao analisar-se o espaço público dentre suas várias e distintas instâncias.

Tanto Habermas (1984) como Arendt (2001) apresentam a importância fundamental acerca do impacto da modernidade e do desenvolvimento do sistema

de produção capitalista na relação de evolução e transformação do público x privado, como também, certas identificações sobre as variadas compreensões do público e privado. Observou-se em referências bibliográficas a utilização destes autores para diferenciar, tentar compreender, e interpretar tais conceitos e suas distintas apresentações no decorrer da história da humanidade.

Estes autores discutiram estas esferas na instância política das quais pode-se observar em alguns trabalhos, e com isso, procurou compreender o público X privado em diferentes instâncias, transpondo assim as análises e reflexões para a instância do social, econômico e cultural que são elementos ímpares das reflexões sobre o caminhar do espaço público de lazer na contemporaneidade.

Para Santos (1996, p. 26) “[...] O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”.

Portanto, para Milton Santos (1996, p. 50) a forma é o aspecto visível de uma determinada coisa. São os objetos e arranjos de objetos que compõe o espaço, isto é, casas, condomínios, praças, parques, escolas avenidas e etc., tudo gerado historicamente, organizando o presente e projetando o futuro.

A função é a atividade desempenhada pela forma. Ela dá sentido a forma visto que um objeto no espaço não subsiste desprovido de tarefa e, por outro lado, a tarefa não pode ser desempenhada sem a forma, daí a relação direta entre as duas. Um terceiro aspecto da análise é a estrutura. Santos (1996, p. 59) assinala que “[...] estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”. É o aspecto “invisível” construído pela interrelação das diversas funções desempenhadas pelas/nas formas. Por isso para compreendê-la é preciso sempre considerar a dinâmica social de cada período.

A estrutura espacial de um dado lugar deve ser considerada como sendo o resultado da interação de várias estruturas que subsistem indissociavelmente. Para apreensão da realidade, a geografia não pode se interessar mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Por isso, outro fator inerente ao estudo do espaço é o processo. Este seria o constante devir social que constrói, reconstrói e desconstrói as formas ao longo da história. O processo é dinâmico, ou seja,

processa e é processado, modifica e é modificado, é ao mesmo tempo resultado e condição da história.

O estudo do processo se faz necessário na medida em que se busca entender a criação das formas, o que impreterivelmente facilitará a compreensão das funções por elas exercidas. Neste sentido, a história se constitui em ferramenta intimamente relacionada, que é preciso recorrer constantemente.

À primeira vista o geógrafo pode ser induzido a estudar pura e simplesmente a forma. Porém, não se pode a separar concreta e conceitualmente das demais categorias sob pena de não se compreender a contento os diversos aspectos que compõe o espaço. Como afirma Santos (1996)

Para se compreender o espaço social em qualquer tempo, é fundamental tomar em conjunto a forma, a função e a estrutura, como se tratasse de um conceito único. Não se pode analisar o espaço através de um só desses conceitos, ou mesmo de uma combinação de dois deles (SANTOS, 1996, p. 54).

Ao examinar apenas a forma e a estrutura, eliminando a função, perde-se a história da totalidade espacial, simplesmente porque a função não se repete duas vezes.

Com isso, separando estrutura e função, o passado e o presente são suprimidos, com o que a ideia de transformação escapa e as instituições se tornam incapazes de projetar-se no futuro. Examinar forma e função, sem a estrutura, deixa com uma sociedade inteiramente estática, destituída de qualquer impulso dominante. Como da estrutura emergem os processos que ditam as funções, seria absurdo tentar uma análise sem esses elementos (SANTOS, 1996, p.56).

Assim, forma, função, estrutura e processo, este último sinônimo de tempo, quando considerados em conjunto impedem a compreensão superficial e descritiva dos fenômenos. Essas categorias constituem uma base forte que auxilia o geógrafo na leitura e interpretação da realidade. Importante devido à relação entre as dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas presentes na produção, usos e apropriações dos espaços públicos na atualidade.

Para fazer a análise das praças, dos lagos e dos parques das cidades atuais, deve-se buscar a compreensãoⁱⁱⁱ do que seja cada um destes espaços públicos, tarefa bastante difícil dadas as diferenças significativas entre alguns destes espaços como os parques, quanto às dimensões, funções e equipamentos que os mesmos

comportam. De acordo com a Sociedade Brasileira de Arborização e Urbanismo (SBAU) “os parques urbanos são áreas livres destinadas ao lazer, a recreação e a conservação de áreas naturais” (SBAU, 2000).

Diante do apresentado, vale ressaltar que não existe um padrão, assim, deve-se compreender construções e criações destes espaços públicos a partir da diversidade, que deve ser considerada como meio e condição de necessidades, dos pensamentos e gostos de cada grupo e até mesmo de uma época.

Enquanto uns são dotados de equipamentos culturais, esportivos, institucionais, outros têm como atração os caminhos e áreas de contemplação, paisagens naturais. Cada parque, cada praça, devem ser pensados nos seus diferentes tempos, usos e funções. Um levantamento acerca do tema, que permita o entendimento da origem e de suas mudanças, é importante para a compreensão das imprecisões quanto as diferentes interpretações e suas criações. Quais seriam suas funções e seus elementos presentes na cidade, para a população etc.?

Na tentativa de encontrar articulação entre os processos de urbanização atuais e a preservação do meio ambiente, Scalise (2002) considera que os parques urbanos são um novo elemento cultural, estético, que desenha um perfil, um entorno e novas identidades locais.

Ferreira e Silva (2003, p. 38) relacionam os parques urbanos a melhor qualidade de vida e ambiental no espaço urbano, “[...] devido aos fatores antropogênicos positivos, às funções ecológicas, estéticas, recreativas, de lazer, e até mesmo às determinantes psico-sócio-fisiológicas sobre os indivíduos”.

Os desenvolvimentos intelectuais, científicos e tecnológicos alcançados pela humanidade produziram cidades nas diversas civilizações e culturas, que impuseram a transformação do ambiente natural em urbano, que tem problemas ambientais e sociais. Dentro desse ambiente urbano existem espaços livres^{iv} de construção praças e parques que proporcionam o contato com a natureza e auxiliam na mitigação dos impactos ambientais provocados pela urbanização [...]. Parques podem ser explorados pela prática do turismo, além de terem sua grande importância para o metabolismo da cidade e para a recreação e lazer dos cidadãos (FERREIRA e SILVA, 2003, p. 38).

Assim, interpreta-se tais espaços públicos como espaços de arborização natural ou plantadas, do encontro, das ações políticas, do descanso, das distintas

relações socioespaciais, devendo pontuar-se suas transformações no tempo e espaço.

Neste período, a relação entre o homem e a natureza foi um tanto distante e utópica, tendo em vista o interesse no desenvolvimento econômico pelos países, principalmente os europeus onde a natureza era, antes de tudo, fonte de matéria-prima para suas indústrias. Não havia preocupação específica com a qualidade de vida da população, nem com o manejo e a preservação ambiental. A ideia dominante era a industrialização nas cidades, pela qual seria possível alcançar o crescimento e desenvolvimento econômico e o social.

Apenas quando se começa a pensar e investir no lazer da população, como possibilidade para melhorar o desempenho e o rendimento de suas atividades no trabalho, é que os espaços verdes, considerados ociosos pelo desenvolvimento do capital, voltam a ganhar importância.

As áreas verdes dos parques e das praças além da sua cobertura vegetal, foram pensadas no período industrial no século XIX para ter outras fundamentais características e o cumprimento de várias funções, como o descanso, a recreação e o lazer para a população.

Tais ações foram pensadas para melhorar o desempenho na produção industrial para os trabalhadores, haja vista a falta de entretenimento, lazer e espaços que pudessem proporcionar estas atividades para esta classe social.

Afirmam Macedo e Sakata (2003) que o surgimento do parque urbano brasileiro não está diretamente ligado ao atendimento das necessidades da classe trabalhadora das metrópoles do século XIX, tal como ocorreu na Europa, visto que, naquela época, o Brasil ainda não contava com nenhuma cidade de porte semelhante ao das cidades europeias do mesmo período.

O parque é criado, então, como uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses.

Nesse contexto são criados, no Rio de Janeiro, os três primeiros parques públicos, com as características morfológicas e funcionais que conhecemos hoje: o Campo de Santana e o Passeios Público, situados junto ao núcleo histórico e centro tradicional da cidade, e o Jardim Botânico, junto à então distante Lagoa Rodrigo de Freitas (MACEDO e SAKATA, 2003, p. 16).

Tais autores discutem algumas das funções dos parques urbanos na sociedade brasileira do início do século XXI, frente à preocupação com a requalificação dos espaços urbanos, principalmente com as áreas centrais e a crescente procura por lazer e recreação. Com a introdução da educação ambiental no planejamento dos centros urbanos, temática sobre Parque Urbano assume papel central no desenvolvimento dos planos e projetos urbanísticos. Quando analisado historicamente, compreende-se que apenas nos últimos 20 anos do século XX, ocorreu interesse político, econômico e social crescente pela implantação e formação de parques públicos nas cidades.

Ao abordar as implantações e produções de praças, em distintos períodos da história, deve-se considerar que as praças eram vistas como o espaço público de maior importância da cidade e funcionavam como seu centro vital. Tal espaço público era materializado na figura da *Ágora* ou do *Fórum*, a praça, com seu conjunto arquitetônico, desempenhava o papel principal, o lugar da visibilidade, do público, da vida cotidiana.

A praça deve ser considerada como um *locus* privilegiado da cidade, pois a mesma tem caráter multifuncional, onde também pode ocorrer o resgate de valores sociais, históricos, culturais, dentre outros. Para a (SBAU, 2000, p.39) as praças devem ser consideradas como “espaços livres públicos onde as pessoas podem se reunir para inúmeros fins, sejam estes políticos, sociais, econômicos ou religiosos, como também desenvolvem atividades de entretenimento”.

Em relação ao espaço urbano, as praças foram e ainda são em algumas cidades locais de articulação urbanística e arquitetônica, cujo local reúne em seu entorno, as principais estruturas institucionais, comerciais, residenciais, transporte, lazer, etc. Característica fundamental das praças são as diferentes formas para abrigar funções. A configuração desses conjuntos urbanos consolidou um padrão urbanístico que se implantou na maioria das cidades brasileiras: espaços distintos de caráter cívico, religioso, comercial, residencial e mais atual com funções de práticas esportivas e lazer.

A partir do século XX o modelo de praça ajardinada passa a predominar de norte ao sul do Brasil, vê-se a implantação de praças ajardinadas de estética neoclássica ou eclética. Exemplos como a Praça Paris, no Rio de Janeiro; o Parque Municipal e a Praça Raul Soares em Belo Horizonte; a Praça das Mangueiras em

Teresina; a Praça do Congresso em Manaus; a Praça da Sé em São Paulo e a Praça Santos Andrade em Curitiba, representam a inspiração nos jardins clássicos franceses. A implantação do modelo da praça ajardinada representou um marco na trajetória da praça brasileira, pois consolidou uma prática urbana diferenciada do ambiente colonial.

O século XX foi um momento de transição e de transformação urbanística e paisagística da nação. No período pós II Guerra Mundial, a urbanização se torna um processo em expansão, as cidades crescem e com isso, as praças vão se modificando, e ao mesmo tempo, o sistema de comunicação vai se transformando e alterando a vida dos cidadãos, tirando as pessoas aos poucos da praça. Com isso, a praça, é com certeza um dos espaços urbanos mais visíveis e transformados pelo poder público. Não importa se são chamados de pátios, largos, terreiros pois segundo Macedo (2003, p. 29) “[...] todos estes termos acabam por denominar a uma praça”.

Na atualidade é necessário compreender as funções que as praças e os demais espaços públicos realizam na cidade, mudanças de suas formas etc. O item principal a ser observado é a prática do lazer, implantada pelos modernistas como um ato de extrema importância para os habitantes dos espaços urbanos do século XX e início do XXI.

A partir das distintas conceituações sobre parques e praças se compreende tais espaços públicos como sendo espaços com a presença de área verde, apresentando-se também com equipamentos de uso público, seja para recreação, lazer, bancos, espaços de caminhada, do encontro, assumindo, portanto, uma dimensão multifuncional, etc.

Os lagos artificiais devem ser compreendidos como elementos que também contribuem para a estruturação dos espaços livres naturais da cidade. Os mesmos são frutos de políticas públicas de represamento e canalização de correiros que cortam o tecido urbano.

Suas funções são as mais diversas podendo melhorar a qualidade do ar das cidades, valorização de seu entorno de acordo com a infraestrutura e os equipamentos que são instalados, lazer, recreação, práticas esportivas etc.

Muito das vezes, estes lagos artificiais urbanos são criados para solucionar problemas de drenagem de córregos e acabam compondo a paisagem com áreas

verdes. Inúmeros são os autores que discutem os benefícios destas áreas no espaço da cidade. Sendo estes benefícios relacionados à qualidade de vida, composição atmosférica, equilíbrio entre a vegetação e o clima da cidade/bairro, e também o mesmo acaba por valorizar tal área quando bem cuidado.

As características e valores dos diferentes tipos de espaços públicos podem ser responsáveis pelas mudanças nas formas e nas diferentes funções destes espaços públicos, tendo também, outro elemento responsável pelos novos modos de vida nestes espaços, sendo a influência dos costumes de outros países, como praças modernistas, calçadões, áreas de extrema velocidade de comunicação e de trocas de informação, lagos artificiais, centros poliesportivos, pois a partir de cada espaço, seus equipamentos e infraestrutura caracterizarão mudanças nas funções destes espaços públicos urbanos.

Deve-se também considerar que nas cidades atuais as pessoas acabam procurando frequentar os espaços públicos devido existirem maior presença destes como elementos do verde, quando estes acabam também sendo as únicas opções de espaços públicos com estas características, deixando assim, a falta de novos espaços públicos para o lazer, para o encontro, o descanso, as práticas esportivas, as áreas com a presença significativa de espécies vegetais, dentre outras.

No que tange a implantação de parques, praças e lagos na sociedade contemporânea, evidencia-se a busca pela melhoria da qualidade de vida, a estruturação de outros espaços públicos ou a restauração de outros degradados. Tal processo ocorre por meio de diferentes formas e estas desempenham inúmeras funções de acordo com as características históricas, seu tempo e o local onde tais espaços públicos estão sendo criados ou recriados. Mas é também do ponto de vista de suas funções, lugar de controle social devido os mesmos ocasionar determinados usos para certas classes sociais.

Já se evidencia que vários destes espaços públicos aqui mencionados são formas criadas na cidade a partir do século XIX com a necessidade de dotar as mesmas de espaços adequados para atender a uma nova demanda social, o lazer, o tempo do ócio e para contrapor-se ao ambiente urbano.

No Brasil, cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba são referências quanto aos parques, praças e lagos pela quantidade e diversidade dos mesmos. Destacam-se na cidade de São Paulo: o Parque do Ibirapuera, a Praça da Sé; na

cidade do Rio de Janeiro o Aterro do Flamengo e os Parques Gleba e Professor Mello Barreto; o Parque Farroupilha em Porto Alegre; os inúmeros parques e praças em Curitiba; o Parque do Abaeté em Salvador, os lagos artificiais que são criados nas cidades como o Lago Paranoá criado na década de 1960 juntamente com a criação de Brasília; a criação do Lago Igapó na cidade de Londrina - PR, o Parque do Povo em Presidente Prudente –SP, dentre outros espaços públicos em diversas outras cidades no território nacional.

A presença e a disseminação das mais variadas formas e funções dos espaços públicos nas cidades brasileiras, foram atendendo os diferentes interesses políticos: seja o abandono mediante troca de prefeitos e governadores; seja gerando novos investimentos, garantindo publicidade à gestão pública. Mas os espaços públicos no Brasil passaram a ser muito mais discutidos a partir do final do século XX.

No quadro 3 evidencia-se as mudanças das funções desempenhadas pelos espaços públicos no decorrer dos diferentes períodos no Brasil.

Período	Colonial Século XVI e XVII	Mudanças e transições Século XVIII	Moderno Século XIX	Contemporâneo Século XX e Início XXI
Função Social Dos espaços públicos	Convívio social	Convívio social	Convívio social	Convívio social
	Uso religioso	Circulação	Circulação	Contemplação
	Uso militar	Contemplação	Contemplação	Circulação
	Comércio e feiras	Passeio	Recreação	Recreação
	Circulação	Cenário	Cenário	Cenário
	Recreação		Lazer cultural	Lazer esportivo
			Lazer esportivo	Lazer cultural
			Comércio	
			Serviços	

Quadro 3: Funções desempenhadas pelos espaços públicos de lazer em diferentes períodos brasileiros. **Fonte:** Macedo, 2003. **Org:** Bortolo (2013).

No quadro 3 pode-se analisar os diferentes períodos e a funções sociais que os espaços públicos vêm desempenhando nas cidades brasileiras. É muito

importante e interessante observar que com o passar dos anos tais espaços públicos foram agregando novas funções, não sendo mais apenas espaços ligados ao uso religioso, áreas do convívio social, da visibilidade das pessoas, da circulação, etc., mas incorporou-se como espaços do lazer, das compras, do comércio e das feiras, do esporte, de diferentes serviços que podem ser oferecidos nestes espaços.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido ao longo deste texto, deve-se refletir acerca desta alteração dos diferentes conceitos e principalmente das formas dos espaços públicos, como também sobre as mudanças nas funções dos mesmos na sociedade capitalista contemporânea. Deste modo, como é evidenciado em análises de Santos (1996, p.50) que compreende esta forma como sendo o aspecto visível, objeto e arranjos de objetos que compõe o espaço, neste caso, as praças, parques, lagos, e o centro poliesportivo.

Não esquecendo a função, que deve ser considerada como as atividades desempenhadas por estas formas já apresentadas. Como elemento significativo deve-se também relacionar a estrutura destes espaços públicos de lazer devido sua inter-relação com as demais partes da cidade e seu modo de organização, partindo de processos de construção e transformação dos espaços públicos no decorrer do tempo. Com isso, deve-se compreender estas transformações a partir da dinâmica social de cada período e seu processo no que tange a produção e os diferentes usos no espaço público contemporâneo.

Mudam-se as estruturas, suas formas, alteram-se as espacialidades e com isso, modificam-se também as ações, os processos, suas atividades realizadas nos diversos espaços públicos. Tudo isso, resultado das inúmeras relações sociais, do inerente movimento da sociedade e das relações do tempo com o espaço socialmente produzido, a partir das relações desenhadas no espaço pelas diferentes formas e estruturas existentes, as funções e os processos que compõem e apresentam significativas mudanças, transformações que dão a dinâmica dos espaços públicos atuais.

Destarte, com essa evolução e modificação nas formas de habitar, consumir e principalmente produzir a cidade, observa-se a construção de novos espaços

públicos na cidade capitalista contemporânea. Espaços estes de infinitas e distintas práticas, como o espaço de consumo, do lazer, do esporte, apenas do caminho de passagem, espaços de uso coletivo, enfim. Há uma nova formulação dos espaços da cidade com essa transformação na dinâmica da produção do espaço urbano no decorrer dos anos. Não existem agora, apenas praças, sedes do poder público local, escolas, parques, lagos, dentre outros; os espaços públicos se ampliaram e os mesmos cresceram de acordo com as diferentes necessidades de sua existência nestas cidades.

Como abordado por Gurza Lavalle (2005) existem diferentes definições para o espaço público e com o caminhar da dinâmica atual do processo de produção da cidade e de seus espaços públicos, evidenciando também, mudanças nestas distintas formas e funções dos espaços em questão. Segundo Borja (2006) a partir de meados do século XX e na atual conjuntura, pensar em espaços públicos é pensar na diversidade de ações, sejam nos ambientes de segurança, nas proximidades das relações sociais, nos espaços cidadãos, na qualidade dos espaços, nos índices de sociabilidade, da interação e pode-se inserir também, as mais variadas relações de intercâmbio etc.

Discutir os espaços públicos de lazer na atualidade é (re) pensar as distintas funções que os mesmos já apresentaram em momentos pretéritos na sociedade e que hoje foram e estão sendo transformados e modificados pela ação dinâmica da sociedade capitalista de produção, os espaços públicos contemporâneos, sejam estes praças, parques e lagos dentre outros mais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BORJA, Jordi. Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio. **Arquitextos**, São Paulo, ano 6, n. 072.03, maio 2006. Disponível em: <<http://vitruvius.es/revistas/read/arquitextos/06.072/353>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

BORTOLO, Carlos Alexandre de. **Produção e apropriação de espaço livre público: o Lago Igapó - Londrina - PR**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

BORTOLO, Carlos Alexandre. Discutindo o espaço público na cidade capitalista contemporânea. *Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE*, v. 4, nº 7, p. 103 – 125, jul./dez. 2015. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GURZA LAVALLE, Adrián. As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 25, n. 46, p. 33 – 44, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: **investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa***. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. [1994].

LOUISY, Michel. **Légendes et chants de gestes canaques**. Présentation. Gérard Oberlé. 1988.

MACEDO, Silvio Soares. **Parques urbanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio. S. **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCALISE, Walnyce. Parques urbanos: evolução, projeto, funções e usos. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v. 4, n. 1, p. 17-24, 2002. Disponível em: <<http://aprender.unb.br/mod/resource/view.php?id=26770>>. Acesso em: 29 maio 2012.

SENNETT, Richard. **The fall of public man**. New York: Vintage Books, 1978.

SITTE, Camillo. **A Construção de cidades segundo princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOBARZO, Oscar. **Os espaços da sociabilidade segmentada**: a produção do espaço público em Presidente Prudente. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

acesso em 27/02/2015 <http://www.sbau.org.br/site/home/>

ⁱ Ver tais questões em A condição humana de Hannah Arendt (2001), A mudança estrutural da esfera pública de Jünger Habermas (1984), cujas obras destes autores desdobram a evolução e as diferenças entre as esferas e seus conceitos.

ⁱⁱ Quando o autor aborda o termo 'tensão', o mesmo refere-se a diferenciação dos momentos trabalhados, as diferentes ações, suas transformações, novas análises a partir das três dimensões estudados, "o social, político e o comunicativo" em cada período estudado.

ⁱⁱⁱ Não queremos aqui discutir e definir o que é Parque, Praça e Lago, mas sim, compreender as distintas conceituações e interpretações sobre os mesmos em diferentes períodos.

^{iv} Espaço livre público é um termo utilizado pela Arquitetura e Urbanismo, Macedo e Sakata (2003, p. 39) abordam que é "[...] um espaço não ocupado ou coberto por um volume edificado, tal espaço está diretamente associado ao entorno das edificações, às atividades humanas, seja na forma de espaços de circulação ou como áreas de permanência". Tais interpretações ocorrem desde meados do século XX.

